

ATA DA 6ª REUNIÃO VIRTUAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - CONSEA-Rio, GESTÃO 2018/2020.

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 16h30 em reunião virtual através do aplicativo ZOOM Meeting, o CONSEA-Rio iniciou sua sexta reunião virtual extraordinária para atualização de informações diante da pandemia do COVID-19 e realizar algumas deliberações **ORDEM DE TRABALHO:** 1) Informes; 2) Resolução 01/2020 Consea-Rio; 3) Assuntos Gerais. Estavam presentes na reunião os/as Conselheiros/as que formam a comissão eleitoral: Conselheira Titular Susana Moreira Padrão (Instituto de Nutrição/UERJ); Conselheira Titular Maria de Lourdes Ferreirinha (UNIRIO); Conselheira Titular Izabel Cristina da S. Joia (CRN-4ª região), além dos/as Conselheira Titular Angelita dos Santos Nascimento (UNEGRO); Conselheira Titular Ana Paula Pinto de Souza (Ação da Cidadania); Conselheiro Titular José Leonel C. D. Rocha Lima (AEARJ); Conselheiro Suplente Cláudio Alexandre A. Santana (SMAC); Conselheira Titular Mara Lúcia Argento T. Bastos (SMASDH); Conselheira Suplente Jurema Batista (SMASDH); Conselheira Titular Margarete Carvalho Teixeira (UNACOOOP); Assistente Social Adriano Henrique F. Rodrigues, além dos convidados: Doralice Batista das Neves Ramos (Aliança para Alimentação Adequada e Saudável) e Kelly Alves (ACT - Promoção da Saúde e Aliança para Alimentação Adequada e Saudável), Valdirene Militão (Fiocruz/Mata Atlântica); Flávia Brito (CPORG-RJ), Sabrina Oliveira (AEARJ), Rodica Weitzman (Rede Ecológica). **1. – Informes.** – A presidente informa que o CMDR, após análise, autorizou que o Consea-Rio realizasse a ampla divulgação da Nota Conjunta elaborada pelos 2 conselhos. A conselheira Margarete Carvalho Teixeira (UNACOOOP) informa que a carta bipartite para a UNACOOOP a fim de habilitá-la para realização do PAA foi viabilizada pela Secretaria de Meio Ambiente do município do Rio de Janeiro. A conselheira Ana Paula Pinto de Souza (Ação da Cidadania) informa que a comissão organizadora da conferência popular de SAN, que ocorreria em agosto, continua se reunindo e propondo ações, dentre elas, uma oficina sobre formação de comitês emergenciais. Nesta oficina apresentaram experiências de 03 Estados (BA, SP e RS) e que realizaram comitês emergenciais em parceria com a sociedade civil, poder público e órgãos de fiscalização e controle. A conselheira disponibilizará maiores detalhes por e-mail. A Ação da Cidadania lançou um GT de Educação Cidadã com um encontro nacional realizado e ocorrerão outros encontros descentralizados e com outras temáticas e informações sobre políticas públicas. Ainda com relação aos comitês emergenciais avalia que a experiência de SP em parceria com o MP se aproximaria mais à realidade do Rio de Janeiro, considerando que o MP do Estado do Rio de Janeiro já vem discutindo e agindo em relação à situação da alimentação escolar no Estado. A Conselheira Susana Moreira Padrão (Instituto de Nutrição/UERJ) informa que os ofícios encaminhados pelo Consea-Rio ao MP e Defensoria Pública estão sendo analisados por um grupo específico do MP e DP que estão tratando desta questão. A convidada Kelly Alves (ACT - Promoção da Saúde e Aliança para Alimentação Adequada e Saudável),

que está em processo para ingresso no Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) em substituição à Conselheira Camila Maranhã, refere que o diálogo com a SME está bastante difícil, com ausência de respostas às consultas formais realizadas ao gestor do PNAE. Informa ainda que não houve participação dos representantes de pais nas reuniões virtuais do CAE realizadas durante a pandemia. Revela que conseguiram uma agenda com a defensoria pública e ouvidor externo no dia 7 de julho às 14h para ouvir CAE Municipal, CAE Estadual, Consea-Rio e Consea/RJ para debater a decisão judicial que está sendo descumprida pelo município e indagar o que tem sido feito e se já há penalidades para o município do Rio de Janeiro. A Conselheira Susana Moreira Padrão (Instituto de Nutrição/UERJ) lembra que MP e Defensoria Pública tem interpretações diferentes nesta questão, já a conselheira Margarete Carvalho Teixeira (UNACOO) informa que o FNDE estuda inclusive reduzir recursos dos entes federativos que deixem de atender estudantes e agricultores familiares neste momento da pandemia. Encaminhamento: Aproveitar o debate destas instâncias para discutir e amadurecer a instauração do comitê emergencial no Rio de Janeiro e cobrar o Plano/proposta do Rio de Janeiro para o enfrentamento desta situação. Consulta a defensora para ver a possibilidade de realizar a mediação visando a implementação do comitê emergencial. A convidada Kelly Alves (ACT - Promoção da Saúde e Aliança para Alimentação Adequada e Saudável) irá disponibilizar o convite para a reunião no ZOOM no dia 7 de julho (terça-feira). As conselheiras Ana Paula Pinto de Souza (Ação da Cidadania), Susana Moreira Padrão (Instituto de Nutrição/UERJ) e Margarete Teixeira (UNACOO) se disponibilizaram a representar o Consea Rio na reunião. A convidada Flávia Brito (CPORG-RJ) igualmente manifestou interesse em participar desta reunião. Em seguimento aos informes, a conselheira Margarete Carvalho Teixeira (UNACOO) revela ter participado de 2 audiências públicas com vereador Renato Cinco: PNAE e Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Na reunião sobre o PNAE o vereador se posiciona contra a volta às aulas e a distribuição de gêneros alimentícios nas escolas, para não gerar aglomeração. A conselheira Ana Paula Pinto de Souza (Ação da Cidadania) aduz que há um processo movido pelo SEPE que prevê a anulação de todo o ano letivo e caso seja este o entendimento do judiciário, todos os gastos direcionados a este ano letivo, igualmente seriam anulados, mas ela avalia que esta demanda não será atendida. Diante desta situação há a necessidade de contatar o vereador Renato Cinco para esclarecer qual seria realmente o seu posicionamento. A conselheira Mara Lúcia Argento T. Bastos (SMASDH) informa sobre a reunião da CAISANS estadual com as CAISANS municipais com a participação dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro. Teve como assunto principal a apresentação das realizações de cada município neste contexto de pandemia para garantia de SAN em seus espaços e sobre o PAA, além de discussões sobre o SISAN. Haverá uma ata da reunião que será disponibilizada em breve. Num segundo momento houve um assessoramento aos municípios e construção de redes de diálogo entre as instâncias. A conselheira Izabel Cristina da S. Joia (CRN-4ª região)

que também participou da reunião pela CAISAN representando o município de Duque de Caxias complementa que ficou como tarefa de cada município o levantamento de agricultores interessados em PAA e de instituições interessadas em serem beneficiárias do programa. O assistente social Adriano Henrique F. Rodrigues informa que alguns componentes da CAISAN municipal precisarão ser modificados, devido a mudanças na gestão de algumas Secretarias. A conselheira Margarete Carvalho Teixeira (UNACOOP) ressalta que este PAA estadual está sendo centralizado na CEASA, (diferentemente do PAA CONAB) que requer algumas ações da EMATER. A conselheira Susana Moreira Padrão (Instituto de Nutrição/UERJ) solicita esclarecimento quanto a atuação da CAISAN em nosso município e sobre a divisão de papéis entre esta instância e o Consea-Rio, posto que todo o movimento de articulação e estruturação deste coletivo cabe as instâncias do poder público nela constituídas, cabendo ao Consea-Rio ter informações sobre estes encaminhamentos e resoluções. A conselheira Izabel Cristina da S. Joia (CRN-4ª região) membro da CAISAN em Duque de Caxias traz informações sobre a realidade daquele município e aponta que as demandas devem ser feitas de poder público para poder público e pelos membros efetivos da CAISAN-Rio. Cabe ao Consea-Rio solicitar informações à CAISAN sobre seu funcionamento, porém cabe à própria CAISAN-Rio e sua estrutura realizar as ingerências e demandas ao poder público municipal para sua efetivação. A conselheira Mara Lúcia Argento T. Bastos (SMASDH) lembra que na semana que vem haverá uma reunião com o gabinete da SMASDH para operacionalizar esta situação. **2. - Resolução 01/2020 Consea-Rio.** - A conselheira Jurema Batista (SMASDH) informa que ela e sua titular conselheira Mara Tinoco foram chamadas ao gabinete da SMASDH para discutir sobre a publicação da resolução nº 01/2020 do Consea-Rio e que por uma incompreensão por parte do Secretário da SMDEI, este havia acreditado que a Nota era referendada pela Secretária da SMASDH, posto que a publicação no D.O.M. havia sido feita logo abaixo às deliberações da Secretária. O assistente social Adriano Henrique F. Rodrigues esclareceu que todas as publicações do Consea-Rio são feitas na página da SMASDH no D.O.M., pois a ela é ligado administrativamente e não há como gerenciar o local e a diagramação da publicação, pois esta é feita pela própria equipe do Diário Oficial. A conselheira Susana Moreira Padrão (Instituto de Nutrição/UERJ) resgata a informação de que o Consea-Rio foi surpreendido com a publicação de uma resolução da nova gestão da SMDEI que extinguiu o Conselho Gestor do Circuito de Feiras Orgânicas do município e revogava seu Regimento Interno. Houve uma movimentação de diversas instituições da sociedade civil organizada em contraposição a esta iniciativa com elaboração de Nota de Repúdio da Associação de Agroecologia do Rio de Janeiro e, na discussão em assembleia do Consea-Rio, deliberou-se por apoiar a nota de repúdio elaborada pelo CMDR sobre o tema e que o próprio Consea-Rio iria elaborar uma resolução manifestando seu repúdio a esta ação. A publicação de tal resolução causou certa insatisfação em alguns setores de algumas Secretarias municipais, contudo, o Conselho argumenta que é entidade autônoma, embora, administrativamente,

vinculada à SMASDH. Como consequência de todo esse movimento houve uma audiência pública promovida pela nova gestão da SMDEI e como desdobramento foi formado um grupo de trabalho com instituições que compunham o antigo Conselho Gestor, que verificaram alguns apontamentos que tornavam frágeis a sua manutenção como até então vigorava. Há o indicativo da elaboração de uma nova resolução regularizando todo o Conselho e o Circuito de Feiras Orgânicas, como também a possibilidade de instituição de Circuito Carioca de Feiras Orgânicas por lei, além da ampla divulgação à população sobre tudo que está sendo feito com relação a este tema. A convidada Flávia Brito (CPORG-RJ) complementa que haverá no próximo dia 4 de julho (horário à confirmar) uma reunião organizada pelo gabinete do vereador Renato Cinco com o objetivo de discutir a transformação de decreto do circuito de feiras em Lei. **3. - Assuntos Gerais.** - A conselheira Ana Paula Pinto de Souza (Ação da Cidadania) indaga aos participantes se alguém tem conhecimento sobre a lei sancionada pelo presidente que autoriza a doação de excedentes de restaurantes para a população. O SESC iria organizar um seminário sobre o tema, mas ainda não ocorreu e ainda não se sabe qual órgão do governo federal irá regulamentar esta lei, mas não houve retorno. A próxima reunião do Consea-Rio será no dia 14 de julho às 16h30 e o link será disponibilizado até a data do encontro. Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião às 18h45. Eu, Adriano Henrique Ferreira Rodrigues – Assistente Social, lavrei a presente ata, contando com recurso de áudio e anuência de todos os participantes listados acima para gravação e divulgação de conteúdo, que vai assinada por mim e pela Presidente Susana Moreira Padrão, com a aprovação dos conselheiros presentes e convidados permanentes. Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020. Adriano Henrique Ferreira Rodrigues. Susana Moreira padrão. Presidente do CONSEA-Rio.